

ESTADO EMPREENDEDOR

uma análise das edições I e II do Programa Centelha no empreendedorismo alagoano

Cledison Santos Silva¹

Universidade Federal de Alagoas
cledison.silva@feac.ufal.br

Cledson Moura Ramos²

Universidade Federal de Alagoas
cledsonufal@gmail.com

Bruno Setton Gonçalves³

Universidade Federal de Alagoas
bruno.setton@arapiraca.ufal.br

Luciana Peixoto Santa Rita⁴

Universidade Federal de Alagoas
luciana.santarita@feac.ufal.br

Rodrigo Gameiro Guimarães⁵

Universidade Federal de Alagoas
rgameiro@feac.ufal.br

Resumo

No mundo contemporâneo o empreendedorismo surgiu como uma alternativa para pessoas que desejam ingressar no mercado de trabalho. Nesse viés, o programa Centelha sobreveio com objetivo de facilitar e embasar com informações técnicas os candidatos que, através de uma seleção, pretendem receber consultoria e capacitação para executar uma ideia inovadora. Dessa forma, o presente trabalho faz uma análise quantitativa das duas edições do programa Centelha, com objetivo de identificar estatisticamente os resultados de cada uma edição no empreendedorismo alagoano através de uma análise documental. Diante disso, percebeu-se que esses tipos de programas impactam positivamente o empreendedorismo, uma vez que mapeados os rumos e caminhos das ideias submetidas pelos proponentes dos programas, pode-se desenhar uma conjuntura de negócios e perfis de empreendedores e posteriormente mapear qual ecossistema eles podem ser inseridos. Por fim, objetivo geral é realizar uma comparação do Programa Centelha nas suas duas edições sob premissa do Estado Empreendedor em Alagoas, sabendo-se que a referida política pública tem o objetivo de incentivar positivamente o cidadão para que aplique suas ideias gerando valor através da inovação para a sociedade e para a região a qual está inserido..

Palavras-chave: Inovação. Estado empreendedor. Programa Centelha

¹Mestrando do Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL.

²Mestrando do Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL.

³Docente do Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL.

⁴Docente do Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL.

⁵Docente do Mestrado Profissional em Administração Pública PROFIAP/UFAL.



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

P2P & INOVAÇÃO, Rio de Janeiro, v. 9, Ed. Especial, p. 152-170, jun. 2023.

ENTREPRENEURIAL STATE

an analysis of the I and II editions of the Centelha Program in Alagoas entrepreneurship

Abstract

In the contemporary world, entrepreneurship has emerged as an alternative for people who wish to enter the job market. In this vein, the Centelha program came about with the aim of facilitating and providing technical information to candidates who, through selection, intend to receive consultancy and training to execute an innovative idea. In this way, the present work makes a quantitative analysis of the two editions of the Centelha program, with the objective of statistically identifying the results of each edition in Alagoas entrepreneurship through a documental analysis. In view of this, it was noticed that these types of programs positively impact entrepreneurship, once the directions and paths of the ideas submitted by the program proponents are mapped, it is possible to design a business environment and profiles of entrepreneurs and subsequently map which ecosystem they can be entered. Finally, the general objective is to carry out a comparison of the Centelha Program in its two editions under the premise of the Entrepreneurial State in Alagoas, knowing that the aforementioned public policy has the objective of positively encouraging citizens to apply their ideas by generating value through innovation. for society and for the region in which it is inserted.

Keywords: Innovation; Entrepreneurial state. Spark Program.

1 INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, o desenvolvimento do espírito empreendedor tem sido colocado, não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo, como prioritário nas agendas e debates políticos, econômicos e acadêmicos, devido a comprovada influência que o mesmo exerce no desenvolvimento econômico e social de um país (PAUL; SHRIVATAVA, 2016).

Neste contexto, o estado precisa estar presente para fomentar e capacitar essa população que almeja empreender porém enfrenta diversas dificuldades, a maioria delas está relacionada não somente ao fomento desse novo empreendimento e sim a todo o arcabouço de ferramentas de gestão e instruções técnicas necessárias para gerir o negócio de maneira eficiente e eficaz, ou seja cabe ao estado junto com suas atribuições promover além do fomento a assessoria ao seu usuário na concepção de suas ideias em negócios atraentes que possam posteriormente gerar renda.

Desta forma destaca-se (MAZZUCATO, 2014) como peça-chave do setor de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), em que o Estado assume papel de protagonista, em parceria com a iniciativa privada, na tarefa de alavancar o desenvolvimento tecnológico da indústria nacional e do país com um todo, além de mitigar riscos dos setores altamente inovadores se tornam arriscados para que a iniciativa privada possa fomentar o seu desenvolvimento, criando assim uma demanda de intervenção por parte do estado que buscará desenvolver esse setor que se apresenta com incertezas de resultados.

Estas incertezas que alguns mercados proporcionam cria uma barreira de entrada para muitos segmentos onde seu custo de desenvolvimento é alto e necessita de intervenção estatal para mitigar riscos, o caso de sucesso mais representativo desse processo é o do iPhone, diz a economista, produto que é resultado de múltiplas inovações de hardware e software financiadas pelo setor público. (MAZZUCATO; MCPHERSON, 2019, p. 2).

Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho busca evidenciar os dados das duas edições do Programa Centelha 1 realizadas em 2019 e Centelha 2 Realizada em 2022. O Programa visa estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora no Brasil. As iniciativas selecionadas são oferecidas capacitações e fomentadas por recursos financeiros além de um macro suporte com objetivo de alavancar ideias e iniciativas empreendedoras em todo o país.

Especificamente pretende-se identificar quantas ideias submetidas ao programa e se houve aumento de uma edição para a outra, qual o estágio das ideias quando submetidas e informações do perfil dos proponentes, partindo de uma análise do quantitativo da primeira e da segunda edição do programa dentro de todas as suas particularidades

A principal motivação para a realização dessa pesquisa se dá em função da importância desse programa para o crescimento econômico que ele propõe, haja vista o sucesso da edição 1 que movimentou muitas ideias e ajudou a acelerar startups que posteriormente abriram novos nichos de trabalho criando assim mais acesso e oportunidades de emprego para a população, partindo de uma iniciativa de fomento e capacitação promovido pelo estado.

A originalidade deste artigo reside no fato de ser o primeiro trabalho a tratar sobre a temática comparando os resultados dos dois programas e demonstrando o avanço promovido de uma edição para outra, gerando assim feedback para novas edições do programa. Nesse mesmo contexto, a pesquisa busca responder ao seguinte questionamento de pesquisa: quais foram os resultados das duas edições do Programa Centelha e o que evoluiu da primeira para a segunda?

O Artigo está estruturado em 5 sessões que podem ser sumarizadas da seguinte forma; a primeira trata da parte introdutória apresentando o contexto ao qual estamos falando; na segunda temos a fundamentação teórica arrolando informações a respeito do macroambiente do empreendedorismo; na terceira tratamos da metodologia que foi adotada; a quarta apresentamos e analisamos os dados que foram colhidos com gestão do programa e a quinta apresenta as conclusões e recomenda novos trabalhos baseadas nas limitações encontradas neste.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

No Brasil a partir da década de 80 começou a ser posto nas grades de disciplinas, do curso de administração de empresas, o ensino do empreendedorismo de maneira pioneira pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Nos Estados Unidos começou a ser ministrado o curso de empreendedorismo na Universidade Harvard em 1947 com objetivo de capacitar ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial para que eles pudessem reposicionar suas atuações profissionais e dessa forma promover mais oportunidades de trabalho. A partir da década de 70 tal disciplina passou também a figurar na grade básica de disciplinas de outras universidades, haja vista que o cenário econômico estava se modificando e seus mercados cada vez mais pujantes demandam essa competência dos mais diversos profissionais.

Nas palavras de Silva e Oliveira (2016), para que uma sociedade prospere é essencial que, nela, seja estimulado o empreendedorismo, tendo em vista que ele atua contra a pobreza e a falta de admissões, além de evidenciar a divisão de renda. O empreendedorismo aumenta o recolhimento de receitas para os cofres do Estado, as quais serão convertidas na prestação de serviços para a população (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

Nesse sentido, sabendo-se que para existir um empreendimento legalizado é necessário o pagamento de impostos ao Estado, conclui-se que o empreendedorismo no Brasil é uma política que direta ou indiretamente contribui para a qualidade de vida da população.

Segundo Laurikainen et al. (2016), a Educação Empreendedora é um processo que possibilita ao aluno participar ativamente em atividades que lhe proporcionem conhecimentos e experiências profissionais além de provar suas habilidades (LAURIKAINEN *et al.*, 2016).

Além disso, o autor afirma que a educação empreendedora proporciona ao estudante diversas competências pessoais e profissionais que serão fundamentais no transcurso do empreender. Contudo, para que funcione, é necessário que o processo de aprendizagem não tenha mais o professor como figura central, e sim o aluno, pois só então haverá possibilidades de otimização na formação.

Nesse ínterim, ao se abordar o processo de ensino-aprendizagem o docente tende a provocar os estímulos do aluno para que consciente e/ou inconscientemente sejam revelados seus talentos e experiências de vida para que seja colocado em prática a educação e virtudes voltadas ao viés empreendedor.

Para Stockmanns (2016), por intermédio da educação empreendedora, as pessoas se conscientizam de quais são seus pontos fortes e fracos e quais capacidades possuem ou precisam desenvolver para superar as dificuldades que terão de enfrentar em suas vidas. Garante, dessa forma, maior possibilidade de sobrevivência (STOCKMANNNS, 2016).

Por fim, para Silva e Patrus (2017), juntamente com a finalidade de desenvolver competências empreendedoras, a educação empreendedora intenciona alinhar alunos para enfrentar os desafios da geração, gestão e ampliação de negócios. É crucial para a promoção de crenças, valores e comportamentos empreendedores em uma sociedade, e por isso, é imprescindível descobrir os métodos de ensino mais indicados à compreensão desse fenômeno e à dinâmica de formação dos empreendedores (SILVA; PATRUS, 2017).

2.2 O ESTADO EMPREENDEDOR

Mazzucato (2014), em seu trabalho intitulado o estado empreendedor, discorre que o estado não pode somente intervir no contexto macroeconômico e sim criar uma estrutura para assumir riscos e criar mercados com objetivo de criar incentivos para o setor privado. Desta forma pode através desse princípio criar incentivos para população que deseja empreender e buscar soluções mais rápidas e dinâmicas partindo do princípio da economia do conhecimento e prospectando novos mercados que até aquele momento não se apresentavam emergentes. Na sua obra, ela destaca um argumento contra a ideia que o estado possui uma estrutura inchada, ineficiente, burocrático e que apenas se porta como um corretor de falhas destacando que existem diversas iniciativas de avanço tecnológico que estão diretamente ligados a investimentos feitos pelo estado que resultaram na criação de novos mercados amparando estes e criando um ambiente de riscos reduzidos ao setor que privado que por sua vez não necessitam assumi-los primeiramente.

O estado é tratado como um ator fundamental para o empreendedorismo nos mercados (NASRA; DACIN, 2010). Os autores demonstram que o Estado Empreendedor é capaz de identificar e fomentar essas ideias a partir de organizações capazes de desenvolver economicamente o país (como o Sistema “S” no Brasil), sendo este o papel institucional do Estado empreendedor.

A experiência internacional (ARBIX, 2010) demonstra que o investimento em uma rede de inovação é fundamental para o crescimento econômico e desenvolvimento humano do país.

Entender que o estado é fundamental no processo empreendedorismo traz uma vertente bastante atual, haja vista que existem várias empresas estatais que prestam ótimos serviços, podemos citar o BNDES que trouxe várias inovações para país e é citada na obra de

Mazzucato deixa evidente que uma grande parte do processo evolutivo de um país está alicerçado no apoio que seu governo dá às mais diversas pautas criando políticas públicas com o objetivo de dar vida a essa agenda.

Desta forma é evidente que o estado precisa criar mecanismos que incentivem a inovação, que neste conceito passa a ser dissecado em: capacitação profissional, infraestrutura, investimentos em pesquisa em desenvolvimento, apoio a empreendedores e organizações e a tecnologias específicas. A partir daí se cria uma série de mecanismos para chegar ao processo das inovações, passando pelos dados científicos, difundindo a pesquisa e desenvolvimento que é produzida em larga escala em programas como esse chegando assim à assessoria da entidade governamental que empreende na sua capacitação vitalizando o conceito do “papel da educação, formação, objetivo, controle de qualidade e demanda efetiva” (MAZZUCATO, 2014).

Um grande exemplo de êxito que podemos citar é o crescimento da Alemanha no século XIX que resultou nesta uma grande potência econômica mundial, haja vista as ações que foram promovidas por este estado fomentando iniciativas tecnológicas e ideias de sua população que uma vez capacitada criaram vários núcleos de formação de renda de empreendimentos prósperos que se mantêm em funcionamento por vários anos. Podemos destacar outra vertente bastante importante neste conceito é que esse investimento não foi somente fomentando a tecnologias para propostas de empreendimentos inovadores e rentáveis e sim vinculando a educação empreendedora nas escolas de ensino básico. Com esses fomentos as escolas passaram a ter maior suporte para capacitar jovens que posteriormente saem da escola com maiores condições e com um vasto ferramental para colocar seus empreendimentos em prática e assim vitalizam seu negócio com base nas teorias aprendidas desde a sala de aula, até projetos promovidos pelo estado motivando o empreendedorismo.

157

2.3 O PROGRAMA CENTELHA

A iniciativa é promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e a Fundação CERTI.

O Programa Centelha tem como objetivo incentivar pessoas a lançarem uma ideia inovadora em alguma área do conhecimento, através de incentivo financeiro, assessoramento e capacitação. Os editais são lançados nos 23 estados da federação e no Distrito Federal, visto

que é um programa estadual e ditado pela fundação de apoio à pesquisa de cada estado, através de uma articulação da federação nacional das fundações de apoio à pesquisa com incentivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Com o lançamento de uma ideia o objetivo é criar uma empresa inovadora, que poderá entregar um produto, um serviço ou até mesmo a melhoria de um processo já existente, com o intuito de produzir uma solução que seja exclusiva. Ainda assim, o produto ou serviço lançado geralmente é voltado a uma região, mas também pode ser uma solução a nível nacional ou mundial para atender o cidadão, uma outra empresa ou até governos, órgãos e instituições públicas.

Esse tipo de programa oferece ganhos a todos que participam dele, tanto os atores que irão usufruir da ideia como também os desenvolvedores, que recebem incentivos econômicos e intelectuais através do programa. Sabendo-se que é um programa anual, entende-se que após esse lapso temporal entende-se que os desenvolvedores terão grande chance de sucesso no mercado de trabalho, pois já passaram por adversidades e experiências que irão contribuir para o sucesso da ideia.

158

2.4 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

O Programa Centelha em suas versões I e II, no estado de Alagoas, foram executados nos anos de 2019 e 2022, respectivamente. Nesse sentido, pessoas físicas domiciliadas no estado de inscrição, com 18 anos completos na data de publicação do Edital, que apresentaram uma ou mais ideias inovadoras puderam concorrer a uma das vagas do referido programa.

Segundo Costa e Castanhar (2003), trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, tendo em vista a determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos. É uma atividade permanente e não restrita à etapa final do ciclo da política pública (que inclui as fases: definição da agenda, formulação, implementação e avaliação), que informa sobre seus avanços e limites. “O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (Costa e Castanhar, 2003, p. 972).

Para Arretche (2001), o motor da avaliação é a necessidade urgente de obter eficiência e ampliar a área de influência do governo com programas sociais e, ao mesmo tempo, dar

retorno às autoridades quanto ao planejamento e à implantação de novas políticas. Para outros, a avaliação é parte não apenas da aferição da eficiência dos gastos públicos, mas de todo um processo de participação social, que vem crescendo desde a redemocratização do país. Nesse contexto, a pesquisa avaliativa promove um importante direito democrático, relacionado com o controle social sobre a atuação estatal.

Nesse sentido, existem ainda duas modalidades de estudos avaliativos, que se referem aos tipos de problemas ou perguntas que pretendem responder (COHEN; FRANCO, 2004; COTTA, 1998): a avaliação de processos, que é realizada durante a implementação do programa e diz respeito à dimensão da gestão, e a avaliação de resultados e de impacto, com objetivos mais ambiciosos, especialmente o de responder se o programa funcionou ou não (CUNHA, 2006).

Por fim, com base nos dados obtidos nas duas versões do referido programa, a avaliação serviu para guiar as tomadas de decisão dos gestores, para ajustar e fazer melhorias em versões futuras do Programa Centelha. Através das informações obtidas do Programa, notou-se que a avaliação do processo foi realizada pelos gestores no desenvolvimento do programa e finalmente a avaliação de resultados e de impacto após o término da primeira versão e futuramente no fim da segunda versão.

159

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada no presente trabalho foi a análise comparativa quantitativa utilizando estatística descritiva entre as versões I e II do Programa Centelha através da comparação dos dados secundários disponíveis no portal do programa nas duas edições visando verificar o crescimento ou redução das variáveis previamente analisadas pela gestão do programa.

Segundo Costa (2011, p.19), define estatística descritiva como um conjunto de técnicas para planejar, organizar, coletar, resumir, classificar, apurar, descrever, comunicar e analisar os dados em tabelas, gráficos ou em outros recursos visuais, além do cálculo de estimativas de parâmetros representativos desses dados, interpretação de coeficientes e exposição que permitam descrever o fenômeno.

Nesse sentido, as informações necessárias para o desenvolvimento deste trabalho foram obtidas pela coleta de dados secundários disponíveis na página oficial do programa. Para Malhotra (2004) dados secundários são os originados do pesquisador para solucionar o problema da pesquisa.

Diante disso, para se ter acesso aos resultados do programa e seus dados referentes a: quantitativo de inscritos, municípios impactados, gênero dos proponentes, maturidade das soluções, instituições de vínculo declaradas pelos proponentes, foi disponibilizado via e-mail do programa todos os dados estatísticos e avaliações de resultados das duas edições do programa para que este trabalho pudesse comparar os resultados. Conforme May (2004, p. 206) conceitua esse procedimento como Pesquisa Documental e reconhece a dificuldade de lidar com o tema:

Não é uma categoria distinta e bem reconhecida, como a pesquisa survey e a observação participante. Dificilmente pode ser considerada como constituindo um método, uma vez que dizer que se utilizará documentos é não dizer nada sobre como eles serão utilizados.

Posteriormente foram levantados os dados das duas edições e de maneira quantitativa utilizando estatística descritiva foram dispostos comparados com visando verificar crescimento ou redução das variáveis previamente analisadas pela gestão do programa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As informações das duas edições do programa contemplam estatísticas que foram levantadas pela própria entidade com base nas ideias submetidas durante o período de inscrições para avaliação do programa (Quadro 1). Esses dados possuem variáveis estatísticas que foram definidas pelas gestões do programa em Alagoas e foram estas objeto de comparação deste trabalho em reflexo da edição 1 para a edição 2.

Segundo dados do programa centelha nacional foram empenhados recursos oriundos da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) através de subvenção⁶ descentralizada, Bolsas CNPq de fomento tecnológico e fomento oriundo das FAPs (Fundação de Amparo à Pesquisa) e Organizações Executoras.

⁶ Essa modalidade de apoio financeiro consiste na aplicação de recursos públicos não reembolsáveis (que não precisam ser devolvidos) diretamente em empresas, para compartilhar com elas os custos e riscos inerentes a tais atividades.

Quadro 1 - Dados do Programa Centelha edições 1 e 2

Investimentos no Programa Centelha		
Edições	Programa Centelha 1	Programa Centelha 2
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT/FINEP	R\$ 1.110.000,00	R\$ 2.000.000,00
Contrapartida do Estado de Alagoas, através da FAPEAL	R\$ 490.000,00	R\$ 666.700,00
Quantidade de Projetos Aprovados	28 Projetos	50 Projetos
Valor Aportado em cada Projeto	R\$ 57.143,00	R\$ 53.334,00

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No Estado de Alagoas foram destinados o recurso de R\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil reais), sendo R\$ 1.110.000,00 (hum milhão cento e dez mil reais), oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/FINEP) e R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais) provenientes da contrapartida do Estado de Alagoas, através da FAPEAL.

Os recursos disponibilizados serão destinados à subvenção econômica de até 28 (vinte e oito) projetos de inovação, no valor unitário por empresa de até R\$ 57.143,00 (cinquenta e sete mil, cento e quarenta e três reais), sendo até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) provenientes dos recursos FNDCT/FINEP e até R\$ 17.143,00 (dezesete mil, cento e quarenta e três reais) oriundos dos recursos do Tesouro do Estado de Alagoas, através da FAPEAL.

Caso haja suplementação de recursos, por parte da FAPEAL, posteriormente ao lançamento da presente chamada, mais empresas poderão ser contratadas, devendo estas receber o mesmo valor unitário, isto é, R\$ 57.143,00 (cinquenta e sete mil, cento e quarenta e três reais), totalmente provenientes da contrapartida do Estado de Alagoas.

Na segunda edição do programa, devido ao sucesso da primeira e relevância que apresentou nos seus resultados serão destinados à concessão de subvenção econômica à inovação, em apoio às propostas aprovadas, recursos no valor global de R\$ 2.666.700,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil e setecentos reais), sendo R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/FINEP) e R\$ 666.700,00 (seiscentos e sessenta e seis mil e setecentos reais) provenientes da Contrapartida Estadual.

Poderão ser aportados recursos adicionais de subvenção econômica, oriundos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), no montante global de R\$ 586.674,00 (quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais), destinados à contratação de projetos adicionais da lista de aprovados.

Os recursos disponibilizados serão destinados à subvenção econômica de até 50 (cinquenta) projetos de inovação, no valor unitário de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) com recursos FNDCT/FINEP e adicionalmente recursos oriundos dos Estados que atendam aos termos definidos nesta Chamada Pública, até o limite da disponibilidade orçamentária citada acima. O valor total de subvenção econômica a ser concedido por projeto perfaz o montante de até R\$ 53.334,00 (cinquenta e três mil, trezentos e trinta e quatro reais).

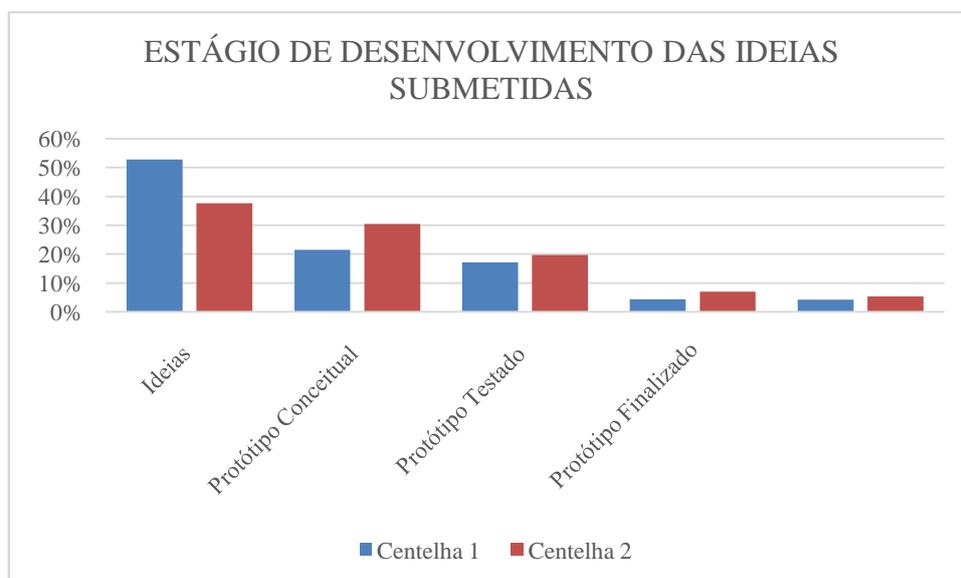
Nesta edição tivemos uma mudança em relação à primeira, que é a possibilidade de concessão de bolsas de fomento aos pesquisadores. Os recursos para concessão de bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq estão limitados ao valor máximo de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), por projeto de inovação, a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq.

4.1 RESULTADOS DO PROGRAMA

Na primeira edição do programa centelha foram submetidas 1.234 ideias contendo em seus quadros um total de 3.479 participantes divididos nas equipes dos proponentes das ideias acima, já na segunda edição houve uma diminuição de 62% na quantidade de ideias submetidas totalizando 474 ideias em 2022, destas compunham 1.393 participantes cadastrados no sistema do Centelha AL ocasionando uma diminuição de 60% de participantes proponentes ou membros das equipes. Quanto ao estágio das ideias submetidas no programa Centelha Alagoas 1 e Centelha Alagoas 2 (Quadro 2):

162

Quadro 2 - Estágio de desenvolvimento das idéias submetidas



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Foram estabelecidos como estágio de desenvolvimento de ideias as seguintes categorias: Ideias, Protótipo Conceitual, Protótipo Testado, Protótipo Finalizado e Comercialização Pioneira. Foi detectado uma queda 15% nas propostas caracterizadas como ideias, ou seja, que estão na forma mais embrionária do programa. Já no estágio protótipo conceitual que compreende a fase em que o produto já está idealizado e projetado restando apenas ser testado foi detectado um aumento de 9% nas propostas, Partindo para o protótipo já testados, ou seja, aqueles que passaram por testes realizados com uma amostra do seu público alvo o aumento de ideias nessa categoria foi de 2%, no protótipo finalizado que se caracteriza quando proponente já possui um seu produto já validado foi de 3% em relação à mesma categoria no Centelha 1, já para o produto na categoria de comercialização pioneira que se caracteriza quando o produto já está operando e já possui uma carteira de clientes o aumento em relação à edição anterior foi de 1%.

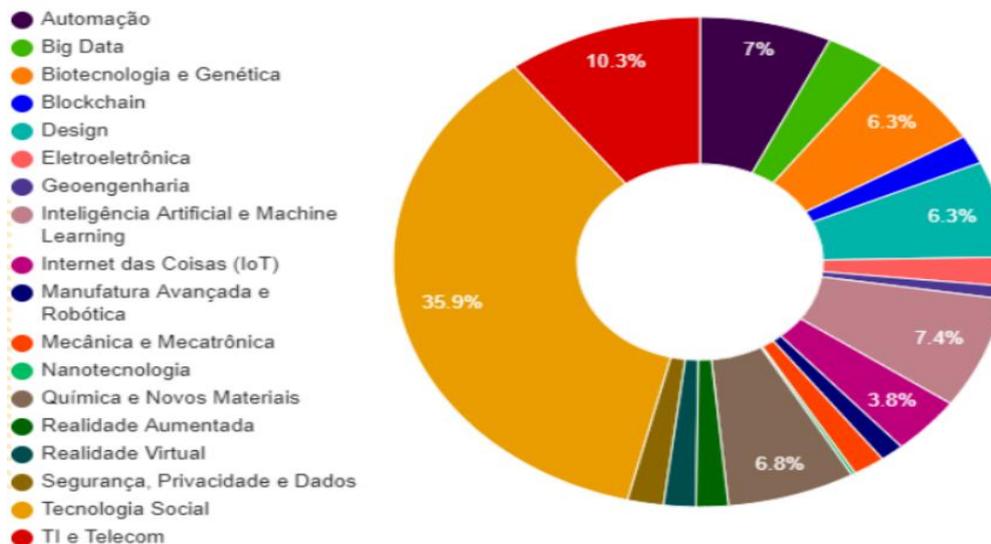
No que se diz respeito às temáticas submetidas foram categorizadas como: tecnologia social, tecnologia da informação, telecom, química e novos materiais, inteligência artificial, automação, design, internet das coisas (iot), biotecnologia e genética, eletroeletrônica, realidade virtual e realidade aumentada, big data, segurança privada e dados, mecânica e mecatrônica, manufatura avançada e robótica, geoengenharia, nanotecnologia e blockchain. Seus percentuais de submissão foram respectivamente no Centelha 1 e 2 (Figuras 1 e 2):

Figura 1 - Temática das ideias submetidas no centelha 1



Fonte: ASCOM FAPEAL (2022).

Figura 2 - Temática das ideias submetidas no centelha 2



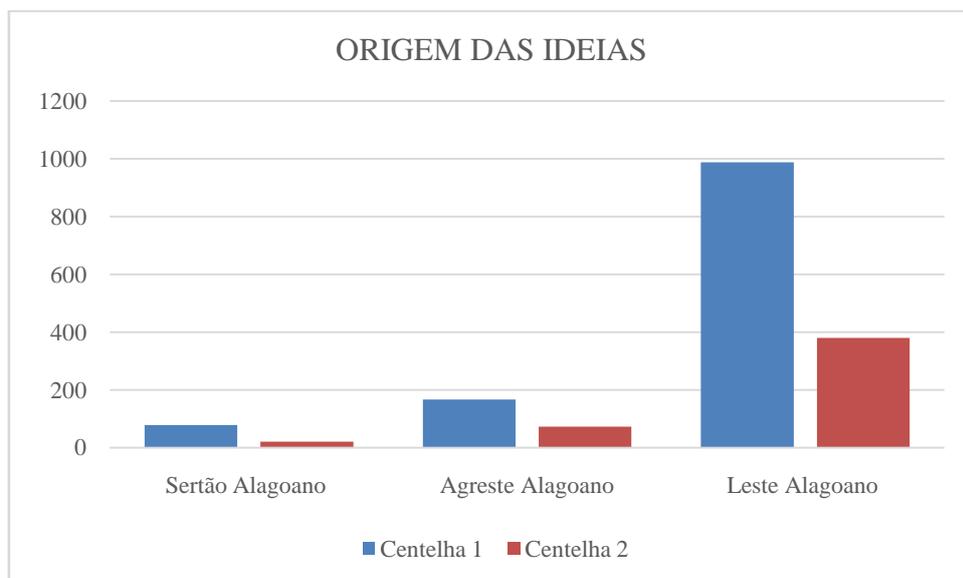
Fonte: ASCOM FAPEAL (2022).

De uma edição para outra do problema fica evidenciado que as 3 temáticas mais optada pelos proponentes é a de tecnologia social, seguida por propostas de TI e Telecom e Automação, haja vista que tecnologia social dentro do mercado das startups é sempre uma categoria com vários proponentes por conter startups que fomentam respostas aos problemas do dia a dia das pessoas e seus gargalos. As propostas de TI e Telecom refletem a explosão da tecnologia do século 21 com a promoção de milhões de aplicativos diariamente para as mais diversas tarefas. As propostas relacionadas automação perfazem uma grande quantidade de startups, partindo princípio que hoje o mundo está cada vez mais automatizado, soluções dentro desse nicho são altamente difundidas: hardwares, softwares e elementos e IOT (Internet of Things) são os componentes de automação mais comuns em propostas dessas categorias.

Na primeira edição do programa Centelha, 53% das propostas estavam enquadradas em um dessas três categorias de proponentes, já na segunda edição correspondia a 54,2% do total de propostas do programa.

Por se tratar de um programa que abrange o estado de Alagoas inteiro sua área de abrangência é ampla, mapeado o estado o programa abrange do sertão ao leste do estado. As ideias têm diversas origens sendo categorizados da seguinte forma (Figura 3):

Figura 3 - Origem das ideias

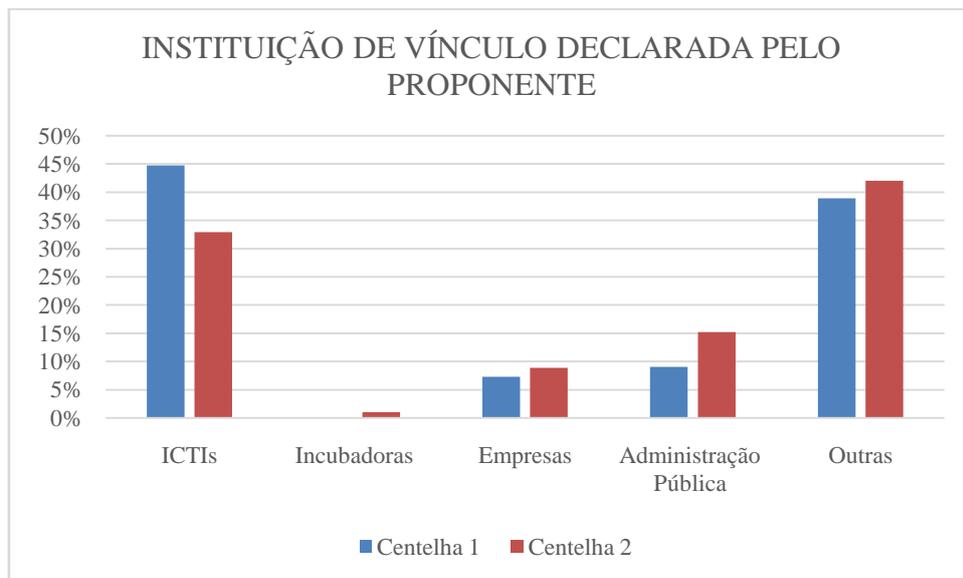


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Na primeira edição do programa 80% das ideias vieram do leste alagoano, 14% oriundas do agreste alagoano e 6% do sertão de Alagoas, envolvendo em sua primeira edição 59 municípios que tiveram proponentes. Na segunda edição o leste alagoano ainda representava 80% dos proponentes, no agreste houve um aumento e a representatividade passou a ser de 15% do total de proponentes, já o sertão teve uma leve queda e sua representatividade não passou de 5% das ideias proponentes na segunda edição do programa, envolvendo nesta um total de 41 municípios proponentes destacando uma queda de 31% nos municípios participantes se comparando a primeira edição com a segunda.

As ideias propostas possuem muitas vezes proponentes vinculados às instituições, são elas: ICTIs, Incubadoras, Empresas, Administração pública e outras. Nas duas edições do programa tivemos a seguinte incidência de cada uma dessas instituições (Figura 4). É perceptível um avanço na maturação de empreendimento de uma edição para outra, haja vista que na segunda edição, podemos destacar que existem proponentes advindos de incubadoras de startups que são organizações que podem estar vinculadas as instituições de ensino públicas ou privadas, prefeituras, e até mesmo iniciativas empresariais independentes. Uma Incubadora tem por finalidade difundir a cultura empreendedora e ser uma alternativa de geração de novos negócios, empregos e renda.

Figura 4 - Instituição de vínculo declarada pelo proponente



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

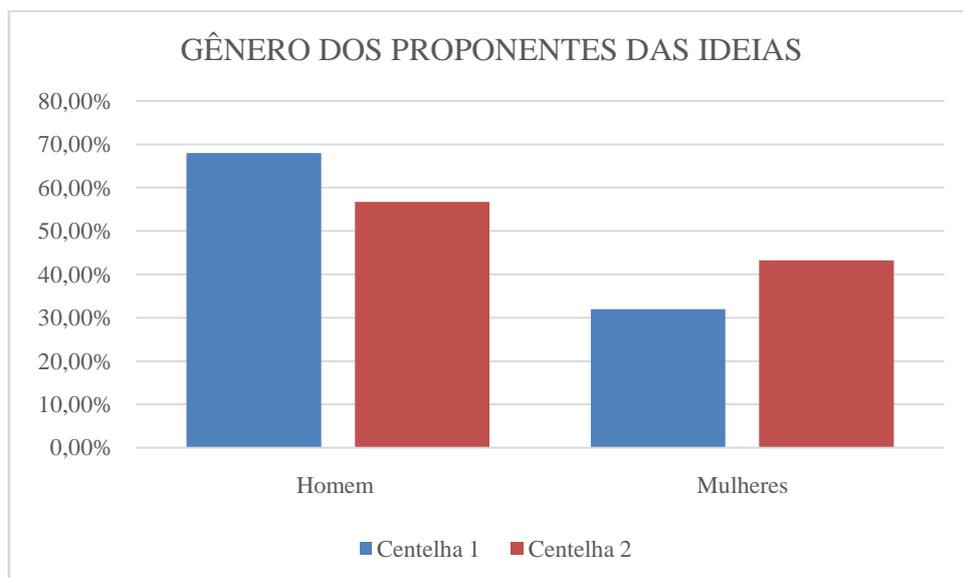
As duas edições do programa impactaram 4872 empreendedores e empreendedoras que através do programa tiveram suas ideias analisadas, validadas, melhoradas e aceleradas. Um público que sem dúvida alguma evoluíram nos conceitos de empreendedorismo e puderam ter um novo viés de trabalho fazendo de suas ideias empreendimentos rentáveis e agregadores para a sociedade. Seu público nas duas edições do programa foi composto por 62,38% de homens e 37,63% de mulheres, havendo da edição número 1 para a edição número 2 uma queda de 11,25% de proponentes homens, crescendo concomitantemente o número de proponentes mulheres (Figura 5).

166

O programa mobilizou também povos de diversas raças que também se sentiram motivados a empreender e a colocar suas ideias à disposição do programa para que estas pudessem ser validadas, desenvolvidas e fomentadas (Figura 6).

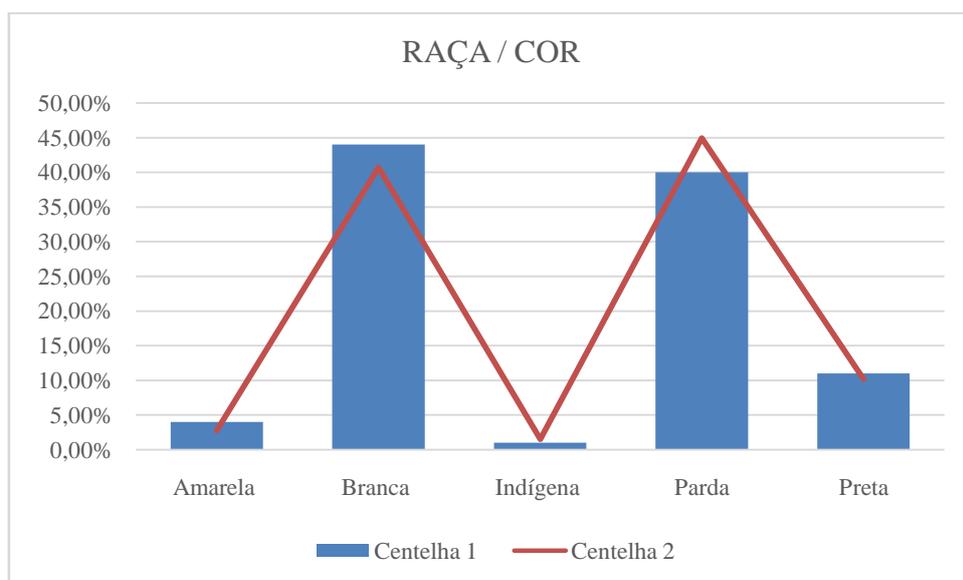
Percebeu-se que de nas duas versões do programa ficou claro a miscigenação da população impactada pelo programa, sempre partindo do princípio que se algumas raças/cor diminuía de uma edição para outra uma outra crescia demonstrando assim o quão uniforme e plural é o impacto do programa.

Figura 5 - Gênero dos proponentes das ideias



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Figura 6 - Raça/cor



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nesse sentido, o presente trabalho consiste na avaliação da política pública através de análises das edições do Programa Centelha I e II, na sua primeira versão, segundo dados obtidos do próprio programa, as estatísticas das ideias submetidas no Centelha Alagoas foram 1.234 ideias obtidas com 3.479 participantes nas equipes, com as temáticas de tecnologia social, tecnologia da informação, telecom, química e novos materiais, inteligência artificial, automação, design, internet das coisas (iot), biotecnologia e genética, eletroeletrônica, realidade virtual e realidade aumentada, big data, segurança privada e dados, mecânica e

mecatrônica, manufatura avançada e robótica, geoengenharia, nanotecnologia e blockchain. No estado de Alagoas as ideias tiveram origem no agreste com 167 ideias em 15 municípios, no leste com 988 ideias em 28 municípios e no sertão alagoano com 79 ideias em 16 municípios.

Por fim, no que se refere ao Programa Centelha II, cabe destacar que no estado de Alagoas foram cadastrados 1.393 participantes, 265 ideias inovadoras iniciadas e 473 ideias inovadoras submetidas e com temáticas semelhantes ao Programa Centelha versão I. As ideias tiveram origem no agreste com 73 ideias em 11 municípios, no leste com 380 ideias em 22 municípios e no sertão alagoano com 21 ideias em 8 municípios.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante dos dados apresentados, podemos identificar que houve um aumento nos investimentos da edição número 2 e mais instituições começaram também a aportar recursos nas ideias selecionadas mais do que dobrando a quantidade de projetos aprovados. Houve uma diminuição na quantidade de proponentes, porém os proponentes da segunda edição já eram compostos por ideias já maturadas.

Foram levantados todos os dados referentes ao as estatísticas de cada programa e foi feita a comparação levantando diversos feedbacks a respeito do perfil desses proponentes, os setores em que estes empreendem, instituições que alicerça-os e posteriormente identificando que na segunda edição houve um avanço no grau de maturidade das ideias, levando-nos a entender que existe um caminho de evolução que está sendo traçado para a evolução dessas startups no cenário de Alagoas e que programas como o Centelha conseguem acelerar nichos do mercado antes inacessível para o investimento privado.

O presente trabalho se limitou a estudar apenas os dados do estado de Alagoas, porém o programa é realizado em todo o território nacional, logo contempla para outros estados outros ambientes culturais, sociais e econômicos. Desta forma sugiro que outras pesquisas sejam realizadas em outros estados para que no conjunto particular de características de cada estado possa se formar um grande banco de dados do Programa Centelha.

REFERÊNCIAS

- ARBIX, G. **Inovação: Estratégia de sete países**. Série Cadernos da Indústria ABDI. v. XV, Brasília: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, 2010.
- ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 2001. p. 29-39.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- COSTA, Frederico L. da; CASTANHAR, José C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003.
- COSTA, Paulo Roberto da. **Estatística**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Curso Técnico em Automação Industrial, 3. ed., 2011.
- COTTA, Tereza C. Metodologia de avaliação de programas sociais: análise de resultados e de impactos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 49, n. 2. p. 105-126, abr./jun. 1998.
- CUNHA, Carla da. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Trabalho elaborado durante o curso “The Theory and Operation of a Modern National Economy”, ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, em 2006.
- LAURIKAINEN, M. *et al.* Educação em empreendedorismo: o que podemos aprender dos exemplos brasileiros e finlandeses? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 305-327, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11414>. Acesso em: 25 jan. 2023.
- MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.
- MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs.setor privado**. Tradução Elvira Serapicos. Editora Portfolio Penguin 2014.
- MCPHERSON, M. **What the green revolution can learn from the IT revolution: a green entrepreneurial state**. Institute for Innovation and Public Purpose, Policy Brief series (IIPP PB 08). Londres. 2019.
- NASRA, Rasha; Dacin, M. Tina. Institutional arrangements and international entrepreneurship: the State as institutional entrepreneur. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 34, n. 3, p. 583-609, 2010.
- PAUL, J.; SHRIVATAVA, A. **Do young managers in a developing country have stronger entrepreneurial intentions?** Theory and debate. *International Business Review*, 2016.

PROGRAMA Centelha: **banco de dados**. Disponível em:
<https://www.programacentelha.com.br/al/#al>. Acesso em: 01 abr. 2023.

SILVA, Elisa Mabel Vieira da; OLIVEIRA, Ronald Silva de. Aprender a empreender: o estímulo ao aprendizado do empreendedorismo nos bancos escolares e acadêmicos como fator de desenvolvimento e fortalecimento econômico e social de um país. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, v. 1, p. 69-74, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/668>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SILVA, Júlio Fernando da; PATRUS, Roberto. O “Bê-Á-Bá” do ensino em empreendedorismo: uma revisão da literatura sobre os métodos e práticas da educação empreendedora. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, [s.l.], v.6, n. 2, p. 372-401, ago. 2017. Disponível em:
<https://www.regepe.org.br/regepe/article/view/563>. Acesso em: 28 jan. 2023.

STOCKMANN, J. I. Educação a distância: gestão da UAB/NEAD Unicentro, Curso de pedagogia no Campus Irati. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, v.1, n.1, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=ManiSH page= article & id= view & path%5B %5D=127>. Acesso em: 26 jan. 2023.